



Proc. Administrativo 54- 111/2026

De: Luciano G. - SECVIA-OBRAS-FROTA

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 25/05/2026 às 14:05:32

Setores envolvidos:

SECADM, SECADM-LIC, GP, SECADM-FROTA, SECADM-FINANÇAS, SECADM-CONTABILIDADE,
SECADM-JURIDICO-ADM, SECADM-TRIBUTAÇÃO, SECVIA-OBRAS, SECVIA-OBRAS-FROTA, SECVIA-OBRAS-ADMIN,
SECPLAN-COORD-PROJETOS, DIR-COMPRAS, COMPRAS-Cotação de Preços, BATTI-DOTAÇÃO, SECVIA-LIC,
SECVIA-ESTOQ

PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA

—
Luciano Ferreira Gonçalves
Agente administrativo

Anexos:

3_TR_PECAS_FROTA_6_5_2026.docx
3_TR_PECAS_FROTA_6_5_2026.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº 111/2026)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de peças, componentes e acessórios de reposição, originais, genuínas e paralelas de 1ª linha, para manutenção da frota municipal, leves, pesados e máquinas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29836827 446573	PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ESTOFADOS DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS MULTIMARCAS.	50.000	UN	1,00	50.000,00
2	29836828 446573	PEÇAS MANUTENÇÃO CARROCERIA / FUNILARIA / CHAPEAÇÃO DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS MULTIMARCAS. AMPLA CONCORRÊNCIA	150.000	UN	1,00	150.000,00
3	29836828 446573	PEÇAS MANUTENÇÃO CARROCERIA / FUNILARIA / CHAPEAÇÃO DE CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS, VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS MULTIMARCAS. COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	50.000	UN	1,00	50.000,00
4	29836829 446573	MANGUEIRAS HIDRÁULICAS E TERMINAIS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E AGRÍCOLAS. AMPLA CONCORRÊNCIA	187.500	UN	1,00	187.500,00
5	29836829 446573	MANGUEIRAS HIDRÁULICAS E TERMINAIS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS RODOVIÁRIAS E AGRÍCOLAS. COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	62.500	UN	1,00	62.500,00
6	29836830 619562	BATERIAS ORIGINAIS E PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES ÔNIBUS; VANS; MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS; VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS MULTIMARCAS AMPLA CONCORRÊNCIA	187.500	UN	1,00	187.500,00
7	29836830 619562	BATERIAS ORIGINAIS E PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES ÔNIBUS; VANS; MÁQUINAS	62.500	UN	1,00	62.500,00

		AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS; VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS MULTIMARCAS COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's				
8	29836831 446573	PEÇAS ORIGINAIS E PARALELAS P/ MANUT. DE SISTEMA DE AR-CONDICIONADO PARA CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS; MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS; VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS MULTIMARCAS AMPLA CONCORRÊNCIA	300.000	UN	1,00	300.000,00
9	29836831 446573	PEÇAS ORIGINAIS E PARALELAS P/ MANUT. DE SISTEMA DE AR-CONDICIONADO PARA CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS; MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS; VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS MULTIMARCAS COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	100.000	UN	1,00	100.000,00
10	29836832 446573	PEÇAS ORIGINAIS E PARALELAS PARA MANUTENÇÃO/AQUISIÇÃO DE RADIADORES PARA CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS, VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS MULTIMARCAS AMPLA CONCORRÊNCIA	120.000	UN	1,00	120.000,00
11	29836832 446573	PEÇAS ORIGINAIS E PARALELAS PARA MANUTENÇÃO/AQUISIÇÃO DE RADIADORES PARA CAMINHÕES, ÔNIBUS, VANS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS, VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS MULTIMARCAS COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	40.000	UN	1,00	40.000,00
12	29836833 446573	PEÇAS/MATERIAIS ORIGINAIS/PARALELAS PARA MANUTENÇÃO RODOAR DE CAMINHÕES, ÔNIBUS E VANS MULTIMARCA	40.000	UN	1,00	40.000,00
13	29836834 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES - CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD; - VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE; AMPLA CONCORRÊNCIA	675.000	UN	1,00	675.000,00
14	29836834 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES - CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD; - VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	225.000	UN	1,00	225.000,00

15	29836835 446573	PEÇAS ORIGINAIS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA - CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD; - VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE; AMPLA CONCORRÊNCIA	675.000	UN	1,00	675.000,00
16	29836835 446573	PEÇAS ORIGINAIS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA - CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD; - VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	225.000	UN	1,00	225.000,00
17	29836836 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA - CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD; - VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE; AMPLA CONCORRÊNCIA	375.000	UN	1,00	375.000,00
18	29836836 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA - CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD; - VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	125.000	UN	1,00	125.000,00
19	29836837 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA JONH DEER MODELOS: ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 160-GLC E 200-G; AMPLA CONCORRÊNCIA	187.500	UN	1,00	187.500,00
20	29836837 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA JONH DEER MODELOS: ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 160-GLC E 200-G; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	62.500	UN	1,00	62.500,00
21	29836838 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA KOMATSU MODELOS:	450.000	UN	1,00	450.000,00

		ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC 160; PC 200; PÁ CARREGADEIRA WA 200; TRATOR DE ESTEIRA D51; AMPLA CONCORRÊNCIA				
22	29836838 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA KOMATSU MODELOS: ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PC 160; PC 200; PÁ CARREGADEIRA WA 200; TRATOR DE ESTEIRA D51; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	150.000	UN	1,00	150.000,00
23	29836839 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA JCB MODELOS: RETRO ESCAVADEIRA JCB 3C; ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS 210 SC; AMPLA CONCORRÊNCIA	300.000	UN	1,00	300.000,00
24	29836839 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA JCB MODELOS: RETRO ESCAVADEIRA JCB 3C; ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS 210 SC; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	100.000	UN	1,00	100.000,00
25	29836840 446573	PEÇAS ORIGINAIS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA NEW HOLLAND MODELOS: MOTONIVELADORA RG140B; TRATOR AGRÍCOLA TL-5.100 E T-7140; RETROESCAVADEIRA B 95; AMPLA CONCORRÊNCIA	300.000	UN	1,00	300.000,00
26	29836840 446573	PEÇAS ORIGINAIS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA NEW HOLLAND MODELOS: MOTONIVELADORA RG140B; TRATOR AGRÍCOLA TL-5.100 E T-7140; RETROESCAVADEIRA B 95; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	100.000	UN	1,00	100.000,00
27	29836841 446573	PEÇAS ORIGINAIS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA CATERPILLAR MODELOS: ROLO COMPACTADOR CS-56 E CS54B; MOTONIVELADORA 135H; 140H; 120K; 140 GC; ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 313 GC AMPLA CONCORRÊNCIA	705.000	UN	1,00	705.000,00
28	29836841 446573	PEÇAS ORIGINAIS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA CATERPILLAR MODELOS: ROLO COMPACTADOR CS-56 E CS54B; MOTONIVELADORA 135H; 140H; 120K; 140 GC; ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 313 GC COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	235.000	UN	1,00	235.000,00
29	29836842 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA MULTIMARCAS MODELOS: - PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C; - TRATOR AGRÍCOLA VALMET 785;	705.000	UN	1,00	705.000,00

		- ROLO COMPACTADOR LIU GONG; - RETROESCAVADEIRA BOB CAT; - MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SANY SY55C; - TRATOR CORTADOR DE GRAMA TS 148 NS HUSQVARNA; - TRATOR AGRICOLA 8040SL BUDNY BUDY; - MOTONIVELADORA SANY SMG200C-8; - TRATOR AGRICOLA PLUS 90 PLATAFORMADO LS TRACTOR; - TRATOR AGRICOLA H125 PSS CABINADO LS TRACTOR - MINI CARREGADEIRA LONKING CDM 312; AMPLA CONCORRÊNCIA				
30	29836842 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA MULTIMARCAS MODELOS: - PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C; - TRATOR AGRICOLA VALMET 785; - ROLO COMPACTADOR LIU GONG; - RETROESCAVADEIRA BOB CAT; - MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SANY SY55C; - TRATOR CORTADOR DE GRAMA TS 148 NS HUSQVARNA - TRATOR AGRICOLA 8040SL BUDNY BUDY; - MOTONIVELADORA SANY SMG200C-8; - TRATOR AGRICOLA PLUS 90 PLATAFORMADO LS TRACTOR; - TRATOR AGRICOLA H125 PSS CABINADO LS TRACTOR - MINI CARREGADEIRA LONKING CDM 312; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	235.000	UN	1,00	235.000,00
31	29836843 446573	PEÇAS ORIGINAIS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS DAS LINHAS: - VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; AMPLA CONCORRÊNCIA	412.500	UN	1,00	412.500,00
32	29836843 446573	PEÇAS ORIGINAIS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS DAS LINHAS: - VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	137.500	UN	1,00	137.500,00

33	29836844 446573	PEÇAS ORIGINAIS P/ MANUTENÇÃO DE MOTORES DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIAS LINHAS: - VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; AMPLA CONCORRÊNCIA	337.500	UN	1,00	337.500,00
34	29836844 446573	PEÇAS ORIGINAIS P/ MANUTENÇÃO DE MOTORES DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIAS LINHAS: - VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	112.500	UN	1,00	112.500,00
35	29836845 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIAS PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS: - VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; AMPLA CONCORRÊNCIA	225.000	UN	1,00	225.000,00
36	29836845 446573	PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIAS PEÇAS ORIGINAIS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS LEVES E UTILITÁRIOS: - VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	75.000	UN	1,00	75.000,00
37	29836846 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE: - CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD;	750.000	UN	1,00	750.000,00

		- VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE; AMPLA CONCORRÊNCIA				
38	29836846 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE: - CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD; - VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	250.000	UN	1,00	250.000,00
39	29836847 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA DE: - CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD; - VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE; AMPLA CONCORRÊNCIA	712.500	UN	1,00	712.500,00
40	29836847 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA DE: - CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD; - VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	237.500	UN	1,00	237.500,00
41	29836848 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE: - CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD; - VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRAL VOLARE; AMPLA CONCORRÊNCIA	412.500	UN	1,00	412.500,00
42	29836848 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE:	137.500	UN	1,00	137.500,00

		- CAMINHÕES; ÔNIBUS; VANS E AMBULÂNCIAS; MERCEDES-BENZ; - CAMINHÕES FORD; - VANS / AMBULÂNCIA RENAULT MASTER; - ÔNIBUS VOLVO; - ÔNIBUS E CAMINHÕES VOLKSWAGEN; - CAMINHÕES MICRO-ÔNIBUS E VANS IVECO; - ÔNIBUS DA LINHA SCANIA; - MICRO-ÔNIBUS AGRÁLE VOLARE; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's				
43	29836849 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS P/ MANUT. MECÂNICA E ELÉTRICA - CATERPILLAR LINHA CATERPILLAR, MODELOS: ROLO COMPACTADOR CS-56; CS-54B; MOTONIVELADORA 135H; 120K; 140H; 140-GC; ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 313 GC AMPLA CONCORRÊNCIA	712.500	UN	1,00	712.500,00
44	29836849 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS P/ MANUT. MECÂNICA E ELÉTRICA - CATERPILLAR LINHA CATERPILLAR, MODELOS: ROLO COMPACTADOR CS-56; CS-54B; MOTONIVELADORA 135H; 120K; 140H; 140-GC; ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 313 GC COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	237.500	UN	1,00	237.500,00
45	29836850 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA - KOMATSU DA LINHA KOMATSU, MODELOS: ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC-160; PC-200; PÁ CARREGADEIRA WA 200; TRATOR DE ESTEIRA D51 AMPLA CONCORRÊNCIA	450.000	UN	1,00	450.000,00
46	29836850 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA - KOMATSU DA LINHA KOMATSU, MODELOS: ESCAVADEIRA HIDRAULICA PC-160; PC-200; PÁ CARREGADEIRA WA 200; TRATOR DE ESTEIRA D51 COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	150.000	UN	1,00	150.000,00
47	29836851 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS P/ MANUT. MECÂNICA E ELÉTRICA -NEW HOLLAND PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA NEW HOLLAND, MODELOS: TRATOR AGRÍCOLA T-7140; MOTONIVELADORA RG-140B; RETROESCAVADEIRA B-95; TRATOR AGRÍCOLA TL-5.100; AMPLA CONCORRÊNCIA	300.000	UN	1,00	300.000,00
48	29836851 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS P/ MANUT. MECÂNICA E ELÉTRICA -NEW HOLLAND PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA DA LINHA NEW HOLLAND, MODELOS:	100.000	UN	1,00	100.000,00

		TRATOR AGRÍCOLA T-7140; MOTONIVELADORA RG-140B; RETROESCAVADEIRA B-95; TRATOR AGRÍCOLA TL-5.100; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's				
49	29836852 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS P/ MANUT. MECÂNICA E ELÉTRICA - JONH DEERE DA LINHA JONH DEERE, MODELOS: ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 160 GLC; 200G; AMPLA CONCORRÊNCIA	187.500	UN	1,00	187.500,00
50	29836852 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS P/ MANUT. MECÂNICA E ELÉTRICA - JONH DEERE DA LINHA JONH DEERE, MODELOS: ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 160 GLC; 200G; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	62.500	UN	1,00	62.500,00
51	29836853 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA - JCB DA LINHA JCB, MODELOS: RETROESCAVADEIRA JCB 3C; ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS 210 SC; AMPLA CONCORRÊNCIA	240.000	UN	1,00	240.000,00
52	29836853 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS P/ MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA - JCB DA LINHA JCB, MODELOS: RETROESCAVADEIRA JCB 3C; ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS 210 SC; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	80.000	UN	1,00	80.000,00
53	29836854 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA MODELOS: - PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C; - TRATOR AGRICOLA VALMET 785; - ROLO COMPACTADOR LIU GONG; - RETROESCAVADEIRA BOB CAT; - MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SANY SY55C; - TRATOR CORTADOR DE GRAMA TS 148 NS HUSQVARNA - TRATOR AGRICOLA 8040SL BUDNY BUDY; - MOTONIVELADORA SANY SMG200C-8; - TRATOR AGRICOLA PLUS 90 PLATAFORMADO LS TRACTOR; - TRATOR AGRICOLA H125 PSS CABINADO LS TRACTOR - MINI CARREGADEIRA LONKING CDM 312; AMPLA CONCORRÊNCIA	600.000	UN	1,00	600.000,00
54	29836854 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA MODELOS: - PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55C; - TRATOR AGRICOLA VALMET 785; - ROLO COMPACTADOR LIU GONG; - RETROESCAVADEIRA BOB CAT; - MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SANY SY55C; - TRATOR CORTADOR DE GRAMA TS 148 NS HUSQVARNA	200.000	UN	1,00	200.000,00

		- TRATOR AGRICOLA 8040SL BUDNY BUDY; - MOTONIVELADORA SANY SMG200C-8; - TRATOR AGRICOLA PLUS 90 PLATAFORMADO LS TRACTOR; - TRATOR AGRICOLA H125 PSS CABINADO LS TRACTOR - MINI CARREGADEIRA LONKING CDM 312; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's				
55	29836855 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA DAS LINHAS: - VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; AMPLA CONCORRÊNCIA	375.000	UN	1,00	375.000,00
56	29836855 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA DAS LINHAS: - VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	125.000	UN	1,00	125.000,00
57	29836856 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE VEÍCULOS DAS LINHAS: - VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; AMPLA CONCORRÊNCIA	300.000	UN	1,00	300.000,00
58	29836856 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO DE MOTORES DE VEÍCULOS DAS LINHAS: - VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	100.000	UN	1,00	100.000,00
59	29836857 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS DAS LINHAS	225.000	UN	1,00	225.000,00

		- VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; AMPLA CONCORRÊNCIA				
60	29836857 446573	PEÇAS PARALELAS HOMOLOGADAS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DE VEÍCULOS DAS LINHAS - VOLKSWAGEN; - CHEVROLET; - FORD; - FIAT; - CITROËN; - KIA MOTORS; - RENAULT; - HYUNDAI; COTA RESERVADA PARA ME's E EPP's	75.000	UN	1,00	75.000,00
TOTAL						15.500.000,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a manutenção da frota municipal constitui uma necessidade pública permanente e ininterrupta, cuja paralisação acarretaria prejuízo imediato à prestação de serviços essenciais à comunidade, enquadrando-se no disposto no Art. 6º, inciso XV da Lei nº 14.133/2021, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a estabilidade contratual que atrai melhores propostas econômicas, a diluição dos custos operacionais do fornecedor ao longo do tempo e a redução do custo administrativo processual decorrente da não repetição anual de certames para o mesmo objeto.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026;

- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 7187 a 7254 - 7255 a 7286 - 8484 a 8583 - 10094 a 10128;
- IV) Classe/Grupo: 4910 - 6140 - 9150;
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-16/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Quando aplicável ao objeto e mediante solicitação da Administração, a contratada deverá adotar medidas de logística reversa para o recolhimento e destinação ambientalmente adequada de itens inservíveis que possuam potencial contaminante ou estejam sujeitos a exigência legal específica, tais como: baterias automotivas; lâmpadas; componentes eletrônicos; filtros, óleos e fluídos automotivos, quando houver fornecimento desses itens.

4.2. A destinação final deverá observar a legislação ambiental vigente, cabendo à contratada, quando solicitado, comprovar a destinação por meio de documentação adequada, como Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), certificado de destinação final ou equivalente.

4.2.1 As peças fornecidas deverão atender a padrões de qualidade reconhecidos, tais como certificação do INMETRO (quando aplicável) ou equivalência ao padrão original do fabricante.

4.3. Essa exigência tem como objetivo: aumentar a vida útil dos componentes; reduzir a necessidade de substituições frequentes; minimizar a geração de resíduos; manter a eficiência mecânica e energética dos veículos.

4.4. Deverá ser priorizado o uso de embalagens recicláveis ou reutilizáveis. Quando viável e mediante solicitação da Administração, a contratada deverá realizar o recolhimento das embalagens no ato da entrega, ou adotar outra forma adequada de destinação, evitando o acúmulo de resíduos nas dependências municipais.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecedor deverá garantir os seguintes prazos de entrega:

5.2. Itens de demanda contínua: Prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a confirmação do pedido.

5.2.1 O prazo reduzido para a entrega dos itens foi definido com base nas justificativas técnicas pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

5.3. Para itens que, devido à sua especificidade ou baixa demanda, não possuem estoque disponível no mercado, será admitida a negociação do prazo de entrega. Nestes casos, o fornecedor deverá apresentar uma justificativa detalhada e comprovada para o prazo proposto, considerando fatores como a necessidade de fabricação sob encomenda, a complexidade técnica do item e a indisponibilidade de componentes. A aprovação da justificativa será de responsabilidade do Departamento de Controle de Frotas, visando garantir a melhor condição para a administração.

5.4. Os bens deverão ser entregues sem ônus de entrega na sede da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos, localizada na Rua Tiradentes, 700 - Centro Sul, Dois Vizinhos - PR, 85660-000

5.5. A contratante reserva-se ao direito de recusar qualquer produto que não atenda às exigências, cabendo à contratada a reposição. A recusa não poderá ser alegada como justificativa para atraso no fornecimento.

5.6. O aceite por parte da contratante se dará após vistoria dos bens, realizada pelo servidor responsável, visando verificar a sua conformidade com as especificações constantes no descritivo do produto.

5.7. Havendo divergência entre os bens solicitados e os entregues, o gestor do contrato efetuará a notificação à empresa para que sejam sanadas as possíveis irregularidades num prazo máximo igual ao primeiro prazo, sem prorrogação.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

Disponibilização da base de preços

5.9. A Administração será responsável pela obtenção dos valores referenciais das peças por meio do sistema de orçamentação adotado, não sendo exigido dos licitantes ou da contratada o acesso, contratação ou assinatura de tais sistemas.

5.10. Para cada solicitação de fornecimento, será disponibilizado à contratada o demonstrativo contendo a descrição das peças, seus respectivos valores de referência e a aplicação do desconto contratado.

5.11. Caso a contratada deseje verificar os valores constantes no sistema utilizado, poderá fazê-lo mediante solicitação, sendo facultado o acesso às informações nas dependências da Secretaria responsável, sem qualquer custo.

5.12. Fica vedada a transferência de custos relacionados ao uso de sistemas de orçamentação aos licitantes ou à contratada, garantindo-se a ampla competitividade do certame.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. Considerando a estrutura organizacional da Pasta e a especificidade do objeto, as atribuições da Fiscalização Técnica serão exercidas de forma colaborativa e integrada. Caberá ao Mecânico Chefe do Departamento de Oficina a responsabilidade pela validação técnica da qualidade e compatibilidade das peças entregues, atuando em conjunto com o Fiscal de Recebimento e o Fiscal Administrativo para garantir a perfeita execução contratual.

Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 o prazo de validade;

8.12.2 a data da emissão;

8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 o valor a pagar; e

8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao

SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Do controle dinâmico de preços e verificação da vantajosidade

8.27. A Tabela Referencial adotada serve como parâmetro máximo e não como valor absoluto, devendo a execução contratual buscar sempre a maior vantagem econômica para a Administração, conforme Art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.28. Fica assegurada ao Fiscal do Contrato/Departamento Demandante a autonomia para confrontar os preços obtidos pela aplicação do desconto sobre a tabela com a realidade do mercado local/regional.

8.29. Caso seja constatado que o valor final da peça esteja em desacordo com a média de mercado local para o mesmo item, ou em casos de peças não constantes na base de dados do sistema, adotar-se-á o seguinte procedimento:

8.29.1 A Administração realizará cotação simplificada com, no mínimo, 03 (três) fornecedores distintos do ramo.

8.29.2 O valor base para faturamento será definido pelo preço de mercado apurado, garantindo que o Município não pague acima do valor real nem exija o fornecimento por valor abaixo do custo de aquisição comprovado.

8.29.3 Definido o novo valor base (seja por glosa ou por ajuste positivo justificado), incidirá obrigatoriamente o percentual de desconto ofertado pela Contratada na licitação.

8.30. A recusa da Contratada em adequar o preço à realidade de mercado, quando comprovado o sobrepreço na tabela referencial, facultará à Administração a não aquisição do item específico, sem prejuízo das sanções cabíveis por descumprimento contratual.

8.31. O acréscimo no valor base só será admitido excepcionalmente se a Contratada comprovar, via Nota Fiscal de entrada, que o custo de aquisição da peça é superior ao indicado no sistema de referência, caracterizando defasagem da ferramenta.

8.32. A falta de comprovação para pedidos de reajuste positivo implicará na manutenção compulsória dos valores estabelecidos no sistema de referência, sendo que a eventual negativa de fornecimento sob a alegação de defasagem de preço, sem a devida prova documental, será caracterizada como inexecução contratual, sujeitando a empresa às penalidades previstas em lei e neste Termo de Referência.

8.32.1 A comprovação da necessidade de ajuste positivo será feita, exclusivamente, mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de aquisição da peça ou componente pelo fornecedor.

8.32.2 A NF-e de compra deverá ser rastreável e passível de verificação de autenticidade junto ao portal da Secretaria da Fazenda (SEFAZ).

8.32.3 Não serão aceitos, sob hipótese alguma, declarações de fabricantes, cartas de distribuidores, orçamentos manuais ou qualquer outra documentação que careça de lastro fiscal e contábil.

Cessão de Crédito

8.33. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.33.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.33.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.33.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.33.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.34. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.35. O PERCENTUAL DE DESCONTO ofertado pela Contratada é fixo e irreajustável, devendo incidir invariavelmente sobre a tabela de referência, independentemente das flutuações de mercado e da vigência contratual.

8.36. O preço unitário das peças será flutuante, correspondendo ao valor constante na Tabela Referencial vigente na data da emissão da Ordem de Fornecimento/Serviço.

8.37. Fica expressamente VEDADA a aplicação de índices inflacionários gerais (IPCA, IGP-M, INPC) sobre os preços unitários das peças, uma vez que a própria atualização da Tabela Referencial recompõe os custos de mercado.

8.38. A variação dos preços unitários decorrente da atualização da Tabela Referencial não caracteriza alteração contratual, podendo ser registrada por simples apostila ou verificada diretamente na nota fiscal, dispensando-se a celebração de termo aditivo, nos termos do Art. 136, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

8.39. O índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) poderá ser utilizado exclusivamente para fins de recomposição do saldo financeiro total estimado do contrato, após o interregno de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado em 21/5/2026.

8.40. Esta recomposição visa assegurar que o valor global do contrato mantenha seu poder de compra original, caso a inflação setorial consuma o saldo mais rapidamente do que o previsto.

8.41. Nos reajustes do saldo global subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste do saldo será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s). Caso o índice venha a ser extinto, será adotado o substituto legal ou outro eleito pelas partes mediante termo aditivo.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado e continuado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.29.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Do procedimento operacional padrão (pop) para verificação de exequibilidade

9.31. Conforme o Art. 59, inciso IV e § 2º da Lei nº 14.133/2021, em harmonia com o Art. 34 da IN SEGES/ME nº 73/2022, as propostas que atingirem os gatilhos de suspeição de inexecuibilidade abaixo definidos serão submetidas, obrigatoriamente, ao rito de diligência para comprovação de sua viabilidade técnica e econômica:

Dos Gatilhos para Diligência:

9.32. Propostas com desconto linear superior a 50% (cinquenta por cento).

Do Rito de Comprovação (Ônus do Licitante):

9.33. Uma vez atingidos os percentuais acima, o licitante deverá, no prazo fixado pelo Agente de Contratação, comprovar a exequibilidade da proposta mediante:

9.34. **Passo 1 (Convocação):** O Pregoeiro convocará o licitante, via sistema, para que este apresente a comprovação da exequibilidade de sua proposta no prazo mínimo de 02 (duas) horas.

9.35. **Passo 2 (Comprovação Documental):** O licitante deverá anexar documentos que demonstrem a viabilidade econômica do desconto, tais como Notas Fiscais de entrada (aquisição) de itens representativos da frota;

9.36. **Passo 3 (Análise Técnica):** Recebida a documentação, o Pregoeiro encaminhará os autos ao **Departamento de Gestão de Frotas** para manifestação técnica obrigatória.

9.37. **Passo 4 (Confronto de Dados):** O Departamento de Gestão de Frotas realizará o batimento dos valores da Nota Fiscal apresentada com o custo indicado no software de precificação adotado pelo Município.

9.37.1 Exemplo: Se o desconto ofertado é de 70%, o valor de aquisição na Nota Fiscal do licitante deve ser, no máximo, 30% do valor de referência do sistema. Caso o custo de aquisição seja superior ao preço de venda ofertado ao Município, a proposta será considerada deficitária.

9.37.2 Atualmente, o Município utiliza o sistema Traz Valor. O Município fornecerá os valores de referência; não será exigido acesso ao sistema pelos licitantes; será possível consulta presencial, sem custo.

9.37.3 Na hipótese de inexistência de informação para determinado item nos sistemas utilizados, a Administração poderá realizar pesquisa de mercado, mediante a obtenção de, no mínimo, três orçamentos válidos, a fim de verificar a compatibilidade dos preços praticados e a exequibilidade da contratação.

9.38. **Passo 5 (Parecer):** O Departamento de Gestão de Frotas emitirá parecer conclusivo atestando se a documentação prova a capacidade da empresa de manter o fornecimento sem prejuízo financeiro (exequibilidade) ou se a proposta é inexecuível.

9.39. **Passo 6 (Diligência Complementar):** Caso persistam dúvidas, o Departamento de Gestão de Frotas poderá solicitar novas provas documentais, Notas Fiscais adicionais ou detalhamento de custos de itens específicos que compõem o objeto, conforme faculta o Art. 59, § 2º da NLLC.

9.40. A não apresentação dos documentos ou a identificação de que o custo de aquisição é superior ao preço de venda ofertado resultará na imediata desclassificação da proposta por inexecuibilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.41. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.42. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.43. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.44. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.45. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$15.500.000,00 (quinze milhões e quinhentos mil reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

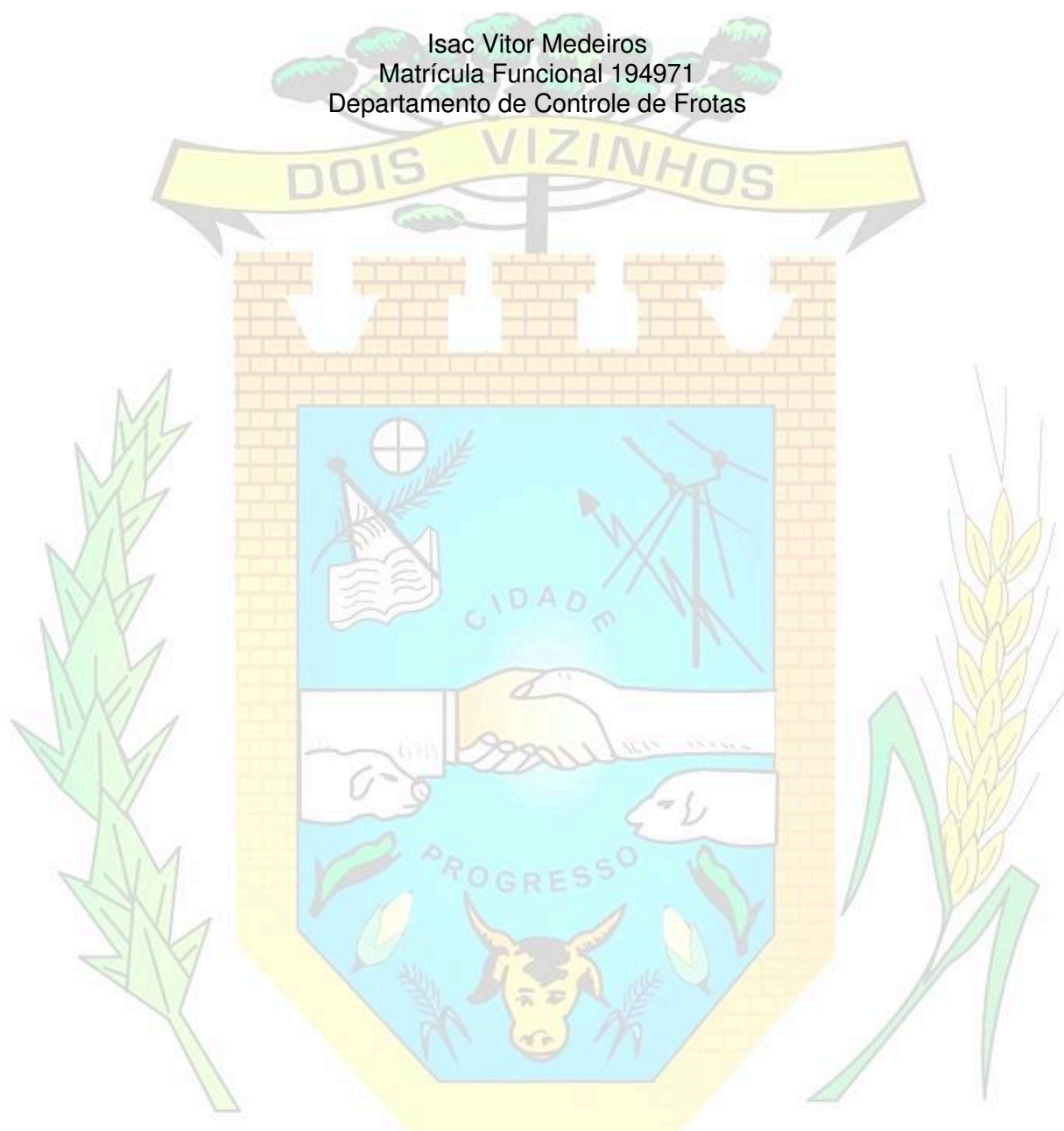
- I) Gestão/unidade: 09 SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;
- II) Fonte de recursos: 002 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS;
- III) Programa de trabalho: 15.452.0015.2053 ATIV DA SEC DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV URBANOS;
- IV) Elemento de despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO; e
- V) Plano interno: 04540 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres).

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Dois Vizinhos, 22 de maio de 2026.





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 578C-1B15-E877-2383

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ISAC VITOR MEDEIROS (CPF 039.XXX.XXX-67) em 25/05/2026 14:07:38 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



RIAN ERNESTO GOLIN (CPF 105.XXX.XXX-01) em 25/05/2026 17:02:48 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 27/05/2026 08:34:29 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/578C-1B15-E877-2383>